



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Odontologia
Trabalho de Conclusão de Curso II

**Capacitação do cirurgião dentista no atendimento de pessoas surdas:
estratégias e orientações**

Gama-DF
2024

LETÍCIA COSTA OLIVEIRA

**Capacitação do cirurgião dentista no atendimento de pessoas surdas:
estratégias e orientações**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Odontologia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Franco Miranda
Co-orientador: Prof. Esp. Rodrigo Cosme dos Santos

LETÍCIA COSTA OLIVEIRA

**Capacitação do cirurgião dentista no atendimento de pessoas surdas:
estratégias e orientações**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Odontologia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 21 de junho de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Franco Miranda
Orientador

Prof^ª. Dra. Raquel Ribeiro Gomes
Examinadora

Prof^ª. Ma. Cláudia Lúcia Moreira
Examinadora

Capacitação do cirurgião dentista no atendimento de pessoas surdas: estratégias e orientações

Letícia Costa Oliveira¹
Alexandre Franco Miranda²

Resumo:

A surdez é descrita como uma perda parcial ou total da audição. É de se considerar o destreino dos cirurgiões dentistas no ramo da língua Brasileira de sinais (LIBRAS), por isso o objetivo desse trabalho é abordar possíveis estratégias de como colaborar para um melhor atendimento odontológico de pessoas surdas utilizando a Libras, e expor a dificuldade encontrada pela comunidade surda em um consultório, visto que a comunicação é imprescindível para a realização dos procedimentos odontológicos e para a modulação da ansiedade e do medo do paciente. Foram utilizados para a coleta de dados as bases: Pubmed, Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), sendo utilizados trabalhos entre 2009 e 2023 como critérios de inclusão e como critérios de exclusão trabalhos publicados em *blog*, fórum ou que não tiveram embasamento na pesquisa e publicados em anos abaixo de 2008. Visto que a comunicação é essencial para se estabelecer um tratamento de qualidade, faz-se necessário que o cirurgião-dentista invista em meios de aprendizado da língua materna dos surdos, a Libras.

Palavras-chave: Língua de sinais; Pessoas com surdez; Saúde bucal.

Abstract:

Deafness is described as a partial or total loss of hearing. It is important to consider the detraining of dental surgeons in the field of Brazilian Sign Language (LIBRAS), which is why the objective of this work is to address possible strategies on how to collaborate towards better dental care for deaf people using Libras, and to expose the difficulties encountered by the deaf community in an office, as communication is essential for carrying out dental procedures and modulating the patient's anxiety and fear. The following databases were used for data collection: Pubmed, Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SciELO), with works between 2009 and 2023 being used as inclusion criteria and as exclusion criteria works published on a blog, forum or that had no basis in research and published in years below 2008. Since communication is essential to establish quality treatment, it is necessary for the dentist to invest in means of learning the native language of deaf people, Libras.

Keywords: oral health; persons with hearing impairments; sign language.

¹Graduanda do curso de Odontologia, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: lelecosta2002@gmail.com

²Doutor e Mestre em Ciências da Saúde. Docente do curso de Odontologia no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: alexandre.miranda@uniceplac.edu.br

INTRODUÇÃO

O atendimento odontológico de pessoas surdas apresenta alguns desafios para o cirurgião dentista. Para que seja possível estabelecer uma relação de confiança entre paciente e profissional é fundamental uma boa comunicação, sendo necessário o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no atendimento da pessoa com surdez afim de se estabelecer a saúde bucal do indivíduo. Além do aprendizado da Libras, é necessário que o dentista esteja atento às expressões faciais do paciente durante o procedimento, sendo sensível às demonstrações de dúvidas, medo, dor, fazendo com que ele se sinta acolhido, sabendo que quanto mais atenção à linguagem corporal e comunicação do paciente, mais chances de adesão ao tratamento existirão. Quando o profissional é capacitado a atender pessoas surdas, o resultado do trabalho pode ter mais sucesso, o paciente pode ter mais autonomia, pode ter menos medo, proporcionando um atendimento com mais qualidade e inclusão (Amorim; Rocha; Felipe, 2020).

O maior desafio e dificuldade que o paciente surdo enfrenta diante de um atendimento odontológico, é devido à falta de capacitação do cirurgião dentista em conhecer a sua língua principal, a Libras. As consequências dessa falta de preparo por parte do dentista são a exclusão do paciente surdo do meio social, impossibilitando um atendimento de qualidade e a promoção da saúde bucal desse indivíduo. Um fator agravante, vindo como consequência dessa quebra de vínculo entre paciente e dentista devido a falta de comunicação direta, é a falta de autonomia que gera no paciente, tirando sua privacidade quando necessário incluir um intérprete de Libras, ou um membro de sua família para realizar esse diálogo (Souza *et al.*, 2020).

Esse estudo justifica-se pela importância do conhecimento básico da Libras por parte dos cirurgiões dentistas para a comunidade surda uma vez que o desconhecido, no caso dos procedimentos que serão realizados, geram medo e ansiedade, já que não tem como o paciente surdo saber o que vai acontecer com ele na cadeira odontológica se não houver um profissional capacitado para se comunicar com ele e explicar os passos que serão dados no âmbito odontológico, sabendo-se que a comunicação quando intermediada pode gerar equívoco nas informações e não ser repassada da maneira correta, além de tirar a independência do paciente.

OBJETIVO GERAL

Por isso o objetivo geral desse trabalho foi realizar uma revisão de literatura, não sistemática, abordando possíveis estratégias de como colaborar para um melhor atendimento odontológico de pessoas surdas utilizando a Libras, e expor a dificuldade encontrada pela

comunidade surda em um consultório, visto que a comunicação é imprescindível para a realização dos procedimentos odontológicos e para a modulação da ansiedade e do medo do paciente.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de revisão bibliográfica, focado em explicar a importância da utilização da Libras durante os atendimentos odontológicos de pacientes surdos a fim de evitar desencadear o medo e a ansiedade diante do desconhecido por parte do paciente surdo. A pesquisa bibliográfica visou responder a seguinte questão norteadora: O uso da Libras no atendimento odontológico está associado a diminuição do medo do paciente surdo? Foram selecionados trabalhos que procuravam explicar sobre o assunto os quais estavam nos idiomas português e inglês.

Foram usados como critérios de inclusão trabalhos referentes ao assunto em acervos de bibliotecas *on-line*, periódicos e sites do Ministério da Educação publicados entre 2009 a 2023 e como critérios de exclusão aqueles publicados em *blog*, fórum ou que não tiveram embasamento na pesquisa e publicados em anos abaixo do ano 2008

Para a coleta de dados foram utilizadas as bases: Pubmed, google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para as buscas foram utilizadas as palavras-chave: Deficiência auditiva; língua de sinais; saúde bucal.

REVISÃO DE LITERATURA

O presente trabalho abordará um breve histórico da surdez e da identidade da comunidade surda, dificuldades existentes nos atendimentos odontológicos enfrentados por pacientes surdos e seus desafios e uma abordagem relacionada à formação profissional nos cursos de Odontologia discutindo seu currículo e legislações e direitos da pessoa surda e meios facilitadores do aprendizado de Libras.

2.1 A surdez e sua identidade

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) apontam que 9,7 milhões de pessoas da população brasileira possuem algum grau de surdez. Esta é descrita como uma perda, podendo ser parcial ou total, da audição, classificada em graus, sendo eles: leve, moderado, moderadamente grave ou profundo. A perda da audição de um cidadão pode ter sido ocasionada de maneira congênita ou adquirida a depender de fatores externos. O meio principal de comunicação das pessoas surdas é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo considerada a

segunda oficial do Brasil. É uma língua que, assim como o português, pode sofrer algumas alterações por conta do regionalismo, lembrando que ela não é universal (Nascimento *et al.*, 2023).

Há alguns anos, ser surdo era sinônimo de incapacidade, devido ao fato de não ouvir, conseqüentemente o surdo não desenvolveria a fala, por esse motivo não era considerado humano (Giammelaro; Gesueli; Silva, 2013). Falando ainda da antiguidade, Aristóteles tinha como uma verdade que a linguagem que proporcionava a condição humana, logo, quem era surdo, para ele, não raciocinava (Nóbrega *et al.*, 2012).

Antigamente a utilização da língua de sinais era considerada uma mímica e existia muito preconceito com o seu uso. Chegou um tempo em que ela foi proibida, em 1880 no Congresso de Milão, causando dor a comunidade surda que foi submetida a aprender o oralismo gerando um impacto negativo muito grande no desenvolvimento desses cidadãos no âmbito da educação. A partir desse marco, começou uma corrida para a defesa do seu direito linguístico e cultural. O oralismo, a qual os surdos foram submetidos por muitos anos, gerou atrasos e marcas no quesito integração social, sendo então realizado o efeito contrário do esperado que era a inclusão dos surdos na sociedade (Oliveira, 2021).

Diante disso, o Quadro 1 feito com base no estudo do IBGE - Censo Demográfico 2010, mostra o índice de pessoas com deficiência auditiva no ano de 2000 e 2010, visto que nesse intervalo de tempo a população quase dobrou.

Quadro 1 – Quantidade de indivíduos surdos no Brasil.

	População residente no Brasil 2000	População residente no Brasil 2010
População total	169.799.170	190.732.694
Pessoas com Deficiência Auditiva	5.735.099	9.717.318

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Demográfico 2010.

Fica evidente o quanto o reconhecimento da Língua brasileira de sinais no ano de 2002 foi primordial para a comunidade surda, sendo conquistada com muita luta. O surgimento da Libras se deu de forma espontânea, a linguagem utiliza sinais para a comunicação, diferente do que a maioria pensa, não é uma linguagem composta só por alfabeto em que as palavras são digitadas sempre que for se comunicar. É uma língua que possui variações regionais, não é universal, e participa ativamente da construção da identidade de um indivíduo surdo (Oliveira, 2021).

2.2 A dificuldade de atendimento odontológico dos pacientes surdos

Em se tratando do atendimento odontológico para pacientes surdos sabe-se que ainda existe um obstáculo descomunal com relação a comunicação, que é um agravante no que tange ao entendimento do diagnóstico tanto por parte profissional quanto pelo paciente, e manutenção da saúde bucal acarretando falta de compreensão por ambas as partes, conseqüentemente também ocorre a falta de adesão ao tratamento (Rocha; Sako; Goya, 2021).

O acolhimento de todo paciente é fundamental para que um vínculo seja criado entre paciente e equipe de saúde, sendo realmente efetivado quando existe uma escuta ativa das necessidades deste. Porém a realidade no caso de pacientes surdos não é fácil, essa atenção é mais limitada e as vezes impossibilitada devido à falta de conhecimento da Libras por parte do dentista, tornando um atendimento mais precário e sem formação de vínculos, fazendo com que o profissional busque alternativas não resolutivas de diálogo para que essa conexão seja criada, evidenciando o despreparo para o atendimento dessa comunidade (Rocha; Sako; Goya, 2021).

Conforme um estudo realizado no sul da Arábia Saudita, existem no mundo cerca de 70 milhões de surdos, sendo que apenas 20% dessa quantia é alfabetizada. Considerando que a maioria dos profissionais da área da saúde não dominam a língua de sinais, quando um dentista tenta por exemplo se comunicar com o paciente através de bilhetes, provavelmente as chances de sucesso serão reduzidas, visto que grande parcela da comunidade surda não é alfabetizada. A carência de uma supervisão e um ensino precavido acerca da saúde bucal, devido à dificuldade de comunicação, cria uma situação clínica favorável para o surgimento de lesões de cárie. Quando não é possível uma relação verbal fluente do paciente com o profissional pode ocorrer o desfavorecimento no caso da explicação de um plano de tratamento, ou até mesmo um erro devido a comunicação imprópria (Alshehri, 2018).

Levando em consideração o trecho acima, é possível observar no Quadro 2, as porcentagens de pessoas surdas no Brasil que não foram alfabetizadas e suas respectivas idades. Essa pesquisa foi realizada com uma parte da população com deficiência auditiva, pelo IBGE/SIDRA. De acordo com os dados, a existência de pessoas com idade superior a 10 anos não alfabetizadas, é bastante alto, chegando a estatística de 636.644 pessoas, correspondendo a 21% da população surda participante desse estudo, concentrando maior prevalência de analfabetismo nas pessoas com 50 anos ou mais (Gonçalves; Meletti; Santos, 2015) conforme o Quadro 2 aponta.

Quadro 2 – População com deficiência auditiva segundo a alfabetização e idade.

Idade	Alfabetizadas	Percentual (%)	Não alfabetizadas	Percentual (%)	Total
10 a 14 anos	55.471	81,2	12.820	18,8	68.291
15 a 19 anos	59.133	85,2	10.267	14,8	69.400
20 a 24 anos	66.547	83,8	12.840	16,2	79.387
25 a 29 anos	70.549	83,4	14.088	16,6	84.637
30 a 34 anos	75.249	79,7	19.184	20,3	94.433
35 a 39 anos	75.171	77,4	21.907	22,6	97.078
40 a 44 anos	84.447	77,2	24.932	22,8	109.379
45 a 49 anos	90.190	77,5	26.163	22,5	116.353
50 anos ou mais	856.710	63,4	494.443	36,6	1.351.153

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Demográfico 2010.

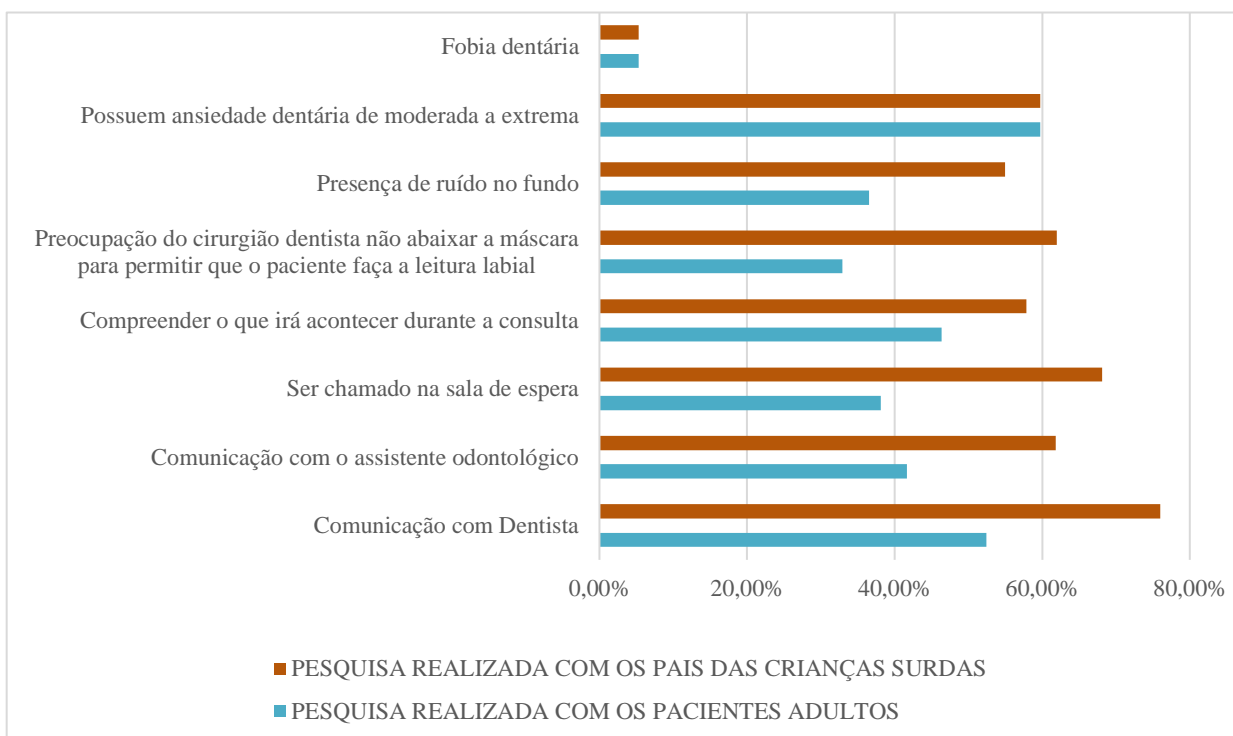
Sabe-se que um fator considerado preocupante, pois auxilia no agravamento da condição bucal do paciente surdo, é a falta do conhecimento da Libras. Foi realizado um estudo por Medeiros *et al.* (2020) que mostra a importância da implementação da disciplina da língua de sinais durante a graduação em odontologia para que a comunidade surda possa ser beneficiada com um atendimento de qualidade, visto que há prevalência de cárie e má higiene oral, quando comparado a pacientes ouvintes, por conta do destreio do profissional em se comunicar com a população surda, sabendo que existe a demanda para o atendimento desses pacientes, porém existe o empecilho da comunicação.

Foi realizado um estudo qualitativo em que pessoas surdas têm muita dificuldade de estabelecer algum tipo de comunicação eficaz com o cirurgião dentista, evidenciando a necessidade de meios que possam restaurar essa comunicação. O trabalho abordou que os pais de crianças surdas que fazem a intermediação dessa comunicação, podendo causar um prejuízo à privacidade e autonomia dos filhos, ressaltaram também que os profissionais precisam de capacitação para a comunicação com eles (Campos; Cartes-Velásquez; McKee, 2020).

Fizeram também um levantamento referente às preocupações dos pacientes surdos frente a uma consulta ao dentista e se destacaram: comunicação com o dentista obtendo uma porcentagem de 52,4% com os pais das crianças surdas e 76% em uma pesquisa referente a adultos; comunicação com o assistente odontológico 41,7% e 61,8%; ser chamado na sala de espera 38,1% e 68,1%; compreender o que irá acontecer durante a consulta 46,4% e 57,84%; preocupação do cirurgião dentista não abaixar a máscara para permitir que o paciente faça a leitura labial 32,9% e 62%; presença de ruído no fundo 36,5% e 55%. Também foi feito um levantamento apontando que 59,7%

das pessoas surdas possuem ansiedade dentária de moderada a extrema e 5,3% tem fobia dentária, que são mais presentes em pessoas que não tiveram experiências tão agradáveis no consultório odontológico (Campos; Cartes-Velásquez; McKee, 2020), o Gráfico 1 ilustra os dados mencionados.

Gráfico 1 – Levantamento das preocupações dos pacientes surdos frente a uma consulta ao dentista



Fonte: Campos, Cartes-Velásquez, McKee - 2020

2.3 Legislação e formação profissional na assistência de pessoas surdas

O direito das pessoas surdas é garantido por uma série de instrumentos legais, tanto em nível federal quanto estadual, que visam garantir sua inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Além das legislações federais abrangentes, o Distrito Federal também estabelece normas específicas para complementar esses direitos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante a inclusão, acessibilidade, educação, trabalho, saúde, entre outras coisas, para as pessoas com deficiência (Brasil., 2015). Existe a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação das

pessoas surdas no Brasil, sendo dever do poder público assegurar o ensino dessa língua e tornar acessível serviços e informações para pessoas surdas (Brasil., 2002).

Além das legislações federais, mencionadas acima, existem também as legislações que visam complementar os direitos das pessoas surdas no Distrito Federal/DF, como a Lei Distrital nº 5.055/2013 que institui o Programa de Acessibilidade em comunicação para Pessoas com deficiência Auditiva no Distrito Federal; estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de intérpretes de Libras em eventos públicos; determina a capacitação de profissionais para o atendimento adequado às pessoas surdas (Brasil., 2013). A Portaria nº 47/2015 da Secretaria de Saúde do DF organiza a assistência à saúde das pessoas com deficiência no Distrito Federal; estabelece diretrizes para o atendimento em saúde, comunicação acessível e capacitação de profissionais; assegura o direito das pessoas surdas a um atendimento adequado e inclusivo nos serviços de saúde do DF. Em suma, as legislações e normas que garantem o direito à saúde e comunicação acessível para as pessoas surdas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e na garantia de seus direitos fundamentais (Brasil., 2015).

Sabendo da importância da utilização da linguagem adequada para a prevalência de uma boa comunicação e efetividade do tratamento odontológico, visto que a incidência de cárie e má higiene oral é mais constante em pacientes surdos quando comparado a pacientes ouvintes, foi realizada uma pesquisa referente a grade curricular do curso de graduação em odontologia. Esse estudo selecionou 144 cursos de odontologia de diversos estados da região sudeste do Brasil, em que 125 eram instituições de ensino privadas e 19 eram instituições públicas, considerando que a incidência de oferta da disciplina de Libras nas instituições privadas era consideravelmente maior quando comparado as instituições públicas (Medeiros *et al.*, 2020)

Dessas 144, apenas 83 disponibilizavam a matéria de libras, porém 5 não disponibilizaram a grade curricular, restando 78 instituições, sendo que 71 ofertam a matéria de forma optativa e apenas 7 de maneira obrigatória. Levando em consideração que 90% dessas instituições ofertam a matéria de maneira opcional e a carga horaria variando entre 30 a 80h, que não é suficiente para o aprendizado e fluência em sua totalidade, porém é uma forma de despertar interesse e entender mais sobre a cultura das pessoas surdas, visto que, segundo o decreto 5.626/053, a disciplina de libras não é obrigatória no curso de odontologia (Medeiros *et al.*, 2020).

É fundamental que o paciente esteja ciente de todos os procedimentos que serão realizados e as orientações de como ele deverá agir durante o tratamento, como no caso da necessidade de

levantar a mão para relatar algum incômodo, sabendo que as expressões faciais e leitura labial do dentista estarão comprometidas com o uso da máscara, atrapalhando o entendimento por parte do paciente, já que elas demonstram sentimentos e as recomendações após finalizado o procedimento também devem ser levadas em consideração (Andrade, 2021).

O método da escrita deve ser utilizado com cautela já que a língua materna do surdo é a Libras e o português é uma língua secundária sendo possível haver dificuldade para compreender alguns termos. Para que uma boa comunicação aconteça, é necessário o conhecimento básico da Libras. Existem vários métodos de aprendizado da língua gratuitos como o aplicativo *Hand Talk* que traduz termos do português para a Língua Brasileira de Sinais, *OdontoLIBRAS* que é um aplicativo criado com o objetivo de facilitar o atendimento odontológico de pacientes surdos que ainda está em fase de teste, vídeos no *youtube* que ensinam os sinais em Libras (Andrade, 2021).

O aplicativo *Hand Talk* traduz frases da língua portuguesa para a língua de sinais por meio de um personagem chamado Hugo, que se movimenta realizando os sinais em libras, disponibilizando uma vista 360 dele, sendo possível observar os sinais de diferentes ângulos. Esse aplicativo ganhou um prêmio no ano de 2015, pela ONU, por ser o melhor aplicativo na promoção de acessibilidade da América Latina. Ainda que esse aplicativo seja uma ferramenta de muita ajuda para se estabelecer uma comunicação com o paciente surdo, ele apresenta algumas fragilidades nas expressões faciais, o uso excessivo de datilologia soletrando ao invés de realizar os sinais, traduzir frases fora do contexto podendo gerar algum erro no decorrer dessa tradução (Andreis-Witkoski, 2020).



Fonte: <https://iparadigma.org.br/mais-um-ano-de-parceria-com-a-hand-talk/>

DISCUSSÃO

Visto que antigamente a língua de sinais era tida como mímica e existia muito preconceito com a sua utilização, chegando a ser proibida, obrigando as pessoas surdas a se adequarem ao oralismo como meio de comunicação e conseqüentemente gerando um atraso escolar, começou-se uma defesa no quesito direito linguístico e cultural, sendo conquistado o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais no ano de 2002 (Oliveira, 2021).

Contudo Quadros (2017), afirma que existe uma realidade no Brasil e em outros países em que há uma consideração histórica por parte da população que consideram o país como monolíngue. No Brasil, foi estabelecido o Português, mas os falantes de herança são os que usam outra língua que não seja a estabelecida, são acometidos com uma desigualdade já que é uma língua restrita a uma determinada comunidade.

Em uma relação dentista-paciente, é necessário estabelecer a confiança mútua, porém ela só é adquirida através da comunicação. Considerando o atendimento de pacientes surdos, o veículo de transmissão utilizado é a Língua Brasileira de Sinais, sendo necessário, por parte do dentista, o aprendizado dessa língua para que exista adesão ao tratamento e sucesso no diagnóstico, descartando possíveis dúvidas e equívocos, proporcionando mais qualidade de vida e autonomia ao paciente (Amorim; Rocha; Felipe, 2020).

Afirmam Rocha, Sako e Goya (2021), que é imprescindível a receptividade de todo paciente, afim de se estabelecer uma conexão entre paciente e equipe de saúde. Em se tratando de pacientes surdos, sabe-se que o destreio do cirurgião dentista na comunicação em libras é predominante. No que diz respeito a inclusão do atendimento odontológico desses pacientes, é de se considerar o grande agravante no âmbito da ideal comunicação, sabendo-se que quando não acontece de maneira efetiva, pode gerar impactos negativos na saúde bucal desse paciente, impossibilitando esse elo, gerando uma atenção limitada, atendimento precário e inadequado.

Conforme Alshehri (2018), o aumento do aparecimento de lesões de cárie em pacientes com surdez decorre devido a falta de uma conexão, via comunicação, ideal ou clara entre cirurgião dentista e paciente, visto que existe uma precariedade da qualificação profissional nesse âmbito, que acaba recorrendo a recados via papel como forma de interagir com o paciente, desconsiderando que grande parte da comunidade surda não é alfabetizada.

Segundo Quadros (2009), a realidade do aprendizado escolar de pessoas surdas, quando submetidas a um ensino oralista, é menos eficiente, mesmo sendo submetidos a anos na escola, não

possuem aprendizado compatível ao seu ano escolar, evidenciando a falta de sintonia comparando com alunos ouvintes e evidenciando a importância da utilização da Libras.

No Brasil, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), existe uma quantia considerável de surdos que não são alfabetizados, chegando a 21% da população surda (Gonçalves; Meletti, Santos, 2015).

Conforme Andrade (2021), é imprescindível que o paciente esteja ciente dos métodos que o cirurgião dentista irá realizar, porém, precisa existir uma preocupação na comunicação via escrita, visto que a língua materna do surdo é a Libras e não o português, entrando em concordância e levando em consideração a parcela não alfabetizada da população surda que Gonçalves, Meletti, Santos (2015) trouxeram.

Diante dessa necessidade do aprendizado da Libras, visto que a persistência das lesões de cárie e má higiene oral nos pacientes surdos é decorrente da falta de profissionais capacitados para o atendimento e explicação do diagnóstico, plano de tratamento dessa população, execução do ensinamento da manutenção da cavidade oral (Medeiros *et al*, 2020), é possível lançar mão de plataformas que ajudem no aprendizado da Libras, como o aplicativo *Hand Talk* que realiza a tradução de frases para a língua brasileira de sinais (Andrade, 2021).

Segundo Andreis-Witkoski (2020) o aplicativo possui uma certa limitação nas expressões faciais, que são extremamente importantes para o entendimento completo do diálogo em Libras, tradução de algumas frases fora de contexto, e o uso frequente da datilologia. Ainda assim, é muito relevante no aprendizado da Libras visto que recebeu um prêmio de acessibilidade pela ONU.

Conforme as dificuldades enfrentadas no âmbito da comunicação, Campos, Cartes-Velásquez, McKee (2020) realizaram um estudo sobre esses empecilhos que os pacientes surdos enfrentam e chegaram a conclusão que, no caso de crianças, os pais são quem realizam essa ponte verbal entre profissional e criança, reduzindo ou até anulando a autonomia de seus filhos devido o destreino do cirurgião dentista no ramo da língua de sinais. Lembrando que o paciente surdo requer uma atenção diferenciada no atendimento para que a inclusão seja de fato estabelecida e ele seja colocado em uma posição semelhante ao paciente ouvinte, fazendo com que seus direitos como cidadão sejam assegurados (Ramos; Almeida, 2017). Porém, se de fato a disciplina de Libras fosse mais efetiva e até mesmo obrigatória durante o período da graduação, essa relação verbal entre paciente e dentista poderia ser mais próxima e o tratamento odontológico teria mais sucesso devido a possibilidade de criar esse vínculo (Medeiros *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados é possível notar a relevância que o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, por parte do cirurgião dentista, possui sobre o paciente surdo, a melhora da qualidade de vida, mais adesão ao tratamento, adequação da saúde bucal, entendimento do tratamento por parte do paciente e diagnóstico pelo dentista. Fazendo assim, com que haja a inclusão das pessoas surdas e proporcionando um atendimento de qualidade de maneira empática.

REFERÊNCIAS

ALSHEHRI, A. A. *et al.* Experiências de tratamento odontológico de pacientes com deficiência auditiva no sul da Arábia Saudita. **Jornal de pesquisa clínica e diagnóstica**, v. 12, n. 3, p. 37-41, 2018.

AMORIM, C. S.; ROCHA, R. R.; FELIPE, L. C. S. Atendimento odontológico de pacientes com deficiência auditiva. **Jnt-business and technology journal**, v. 1, ed.19, p. 234-250, 2020.

ANDRADE, H. K., **Importância do conhecimento do cirurgião-dentista na compreensão da língua brasileira de sinais na prática odontológica**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (bacharel em odontologia) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

ANDREIS-WITKOSKI, S. Problematizando o uso do aplicativo de tradução Hand Talk no ensino da Libras no ensino superior. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 25, n. 3, p. 81-89, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

CAMPOS, V.; CARTES-VELÁSQUEZ, R.; MCKEE, M. Oral health and dental care in deaf and hard of hearing population: A scoping review. **Oral Health prev dent**, v. 18, p. 417-426, 2020.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia> acesso em: 15/11/2023

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.055, de 26 de março de 2013. Dispõe sobre a inclusão de medidas de prevenção de acidentes com escarpelamento em embarcações e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal: seção 1, Brasília, DF, 28 mar. 2013. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/7ae1a5fcd1b34f8d9bb3f52497f2ce16/Lei_5055_26_03_2013.html.

GIAMMELARO, C. N. F.; GESUELI, Z. M.; SILVA, I. R. A relação sujeito/linguagem na construção da identidade surda. **Educ. Soc., Campinas**, v. 34, n. 123, p. 509-527, 2013.

GONÇALVES, T. G. G. L.; MELETTI, S. M. F.; SANTOS, N. G. Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil. **Crítica Educativa**, v. 1, n. 2, p. 24-39, 2015.

MEDEIROS, Y. L. *et al.* Ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação em odontologia do Sudeste brasileiro: um estudo transversal. **Revista Abeno**, v. 20, n. 1, p. 113-120, 2020.

NASCIMENTO, A. L. *et al.* Atendimento odontológico para pacientes surdos. **Brazilian Journal of Health review**, v. 6, n. 3, p. 13631 - 13639, 2023.

NÓBREGA, J. D. *et al.* **Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais**. 2011. Artigo (pós graduação em saúde coletiva) – Faculdade de medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, T. F. S. **Odontologia surda: dificuldades encontradas pela pessoa com surdez no atendimento odontológico e como superá-las**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (bacharel em odontologia) - Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

QUADROS, R. M. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

RAMOS, T. S. A importância do ensino de Libras: relevância para profissionais de saúde. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de psicologia**, v. 10, n. 33, p. 116-126, 2017.

ROCHA, G. S. R.; SAKO, T. A.; GOYA, S. Atenção odontológica à pessoa surda: uma revisão de literatura. **Ensaio e Ciência**, v. 25, n. 5, p. 802-809, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 47, de 3 de agosto de 2015. Estabelece diretrizes para o atendimento de pacientes com doenças crônicas no âmbito do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 4 ago. 2015. Disponível em: http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2015/08/Portaria47_2015.pdf.

SOUZA, E. B. *et al.* Libras no atendimento a pessoa surda no serviço de odontologia: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of health review**, v. 3, n. 3, p. 6942-6956, 2020